

DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA NO ESTADO DE ALAGOAS À LUZ DE SUA INSERÇÃO NO CAMPO DE TRABALHO

Antonio Alves Bezerra¹

O escrito discute algumas ações que o curso de licenciatura em história tem desenvolvido na Universidade Federal de Alagoas a partir de 2014, momento da inserção do autor como professor do curso, ministrando, respectivamente, as disciplinas de “Prática de Ensino de História e Estágio Supervisionado I, II, III e IV”. As reflexões pautam-se no campo das disciplinas em apreço, compreendendo-as como instrumento de formação pedagógica de caráter “teórico e prático” como afirmam Pimenta e Lima (2012). As autoras ponderam que

No estágio dos cursos de formação de professores, compete possibilitar que os futuros professores compreendam a complexidade das práticas institucionais e das ações aí praticadas por seus profissionais como alternativa no preparo para sua inserção profissional (p.43).

Busca-se, assim, refletir acerca da formação inicial e continuada do professor licenciando e licenciado em história e o seu campo de atuação, sobretudo na Educação Básica no âmbito do estado de Alagoas, descortinando alguns desafios para formar professores de história e possibilitar a sua inserção nos sistemas de ensino como docente. Uma das premissas do escrito é problematizar os motivos que têm levado os graduandos de licenciatura em história no âmbito do estado, especificamente oriundos da UFAL, a postergarem a integralização do currículo de seu curso de graduação. Por outro lado, busca-se compreender que um dos motivos que levam a isso está associado à ausência de possibilidade de inserção no campo de trabalho para o qual se preparam nos bancos acadêmicos.²

¹ Doutor em História – História Social, PUC/SP. Docente do Curso de Licenciatura em História – UFAL/ICHCA. antonio.alves@ichca.ufal.br.

² A título de exemplificação, os dados do Censo da Educação Superior de 2015 revelam que “entre 2014 e 2015, o número de concluintes na rede pública federal diminuiu 0,8%. Já no período de 2005 a 2015, nota-se crescimento de 17,8%”. www.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015. Acessado em: 15/04/2019. Atenta à questão da possível evasão acadêmica, a Universidade Federal de Alagoas, junto ao seu Colegiado máximo, CONSUNI/UFAL, instituiu as Resoluções 13/2017 e 60/2017 que dentre outras questões, oportunizou parte dos graduandos prestes a evadirem de seus cursos de graduação a integralizarem o currículo e, assim, consolidar a sua formação superior no sentido de recuperar os recursos investidos no graduando sem ônus ao Estado.

Diante da reduzida perspectiva de inserção no campo da docência, o escrito revela ligeira queda no número de graduandos que integralizam o currículo de licenciatura em história em tempo próprio, evidenciando, assim, desmotivação pela docência face à sua não absorção enquanto profissionais da educação pelos sistemas de ensino público e/ou privado.

Dessa forma, nota-se que vivemos um momento de forte tensão no campo das Ciências Humanas, em particular envolvendo a disciplina de história em âmbito local e até mesmo nacional, quando esta tem sido objeto de inúmeros ataques oriundos de determinados setores da sociedade, inclusive por órgãos centrais que produzem e orientam Diretrizes Curriculares para a Educação Básica em todo o País.³ Com isso, observa-se que estas ações têm corroborado de certa maneira para tolher e ameaçar a autonomia dos professores em sala de aula, como bem explicitou o Projeto de Lei “Programa Escola Livre”⁴, posteriormente conhecido como “Lei da Mordaça” pela tentativa de cercear a liberdade de expressão dos professores prevista na Carta Magna de 1988, que dentre outras prerrogativas, assegura a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”.⁵

Nesse aspecto, percebe-se que há ligeira associação dos ataques ao ensino de história e que estes têm se reverberado nos cursos de graduação de licenciatura da mesma disciplina no estado de Alagoas, especificamente nas universidades públicas. No tocante à questão da desmotivação dos graduandos face ao curso escolhido, nota-se que as matrículas dos graduandos na disciplina de Ensino de História e Estágio Supervisionado da UFAL têm apresentado redução a partir da segunda metade do curso, dado que revela declínio na quantidade de estudantes que integralizarão o currículo em tempo próprio.⁶

³Ao vivenciarmos experiências sobre currículo e formação de professores de história para a Educação Básica no tempo presente, se comparada com experiências de outros tempos não tão distantes, nota-se ligeira semelhança com as tensões políticas do início da década de 1980 quando havia expressivo desejo de descaracterização das “Ciências Humanas, particularmente, a História, a Geografia e a Filosofia...”. Naquele momento notava-se um indicativo de esvaziamento da história, ou melhor, “do instrumental científico” das Ciências Humanas. Corsetti, B.; Canan, Silvia R. (2010, p.42).

⁴Sob o manto do projeto “Escola Sem Partido”, a Assembléia Legislativa do estado de Alagoas promulgou a Lei de nº 7.800/16, que dentre outras exigências forçava os profissionais da educação a exercerem o ofício da profissão com “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado...”. www.al.leg.br/comunicacao/noticias/promulgada-lei-que-institui-o-programa-escola-livre. Acessado em: 28/04/19.

⁵Constituição Federal de 1988, Artigo 206, inciso II.

⁶Os motivos de não se matricular na disciplina em apreço são vários: necessidade de trabalhar, curso noturno, transporte irregular, falta de possibilidade de acesso ao mercado de trabalho na área escolhida são alguns dos fatores que inviabilizam o estágio e o término do curso em tempo hábil.

O curso de licenciatura em história da UFAL oferta quarenta vagas anualmente e notou-se pequena evasão no que tange à conclusão do curso. Nesse aspecto, percebe-se que estes graduandos têm revelado incipiente motivação pelo curso e, sobretudo, para integralizar o currículo em tempo hábil. Por seu turno, há um agravante no estado de Alagoas, pois é evidente pouca perspectiva de inserção dos egressos das licenciaturas no campo educacional, sendo este percebido como fator favorável à evasão acadêmica dos cursos.

Ademais, outra inquietação que precisa ser denunciada e revista pelos sistemas de ensino é a questão que se refere à admissão de professores no estado, seja no sistema de ensino público e/ou privado, pois é notório entre os professores que os sistemas de ensino têm se apropriado da mão de obra de professores contratados para suprir demandas da área específica do currículo, porém estes profissionais são “aproveitados” para ministrar aulas em áreas correlatas de sua formação inicial, levando-os a lecionar componentes curriculares para os quais não possuem habilitação. Isso revela uma prática um tanto perversa de modo que se cria um ciclo de desregulamentação da atuação docente no estado seguindo à lógica de “reaproveitamento” da mão de obra excedente, sem possibilidade de renovação dos quadros nem a inserção de novos profissionais no campo da educação. Desvaloriza-se, assim, a carreira docente e prejudica a formação de centenas de graduandos nos cursos de licenciatura, ferindo, inclusive, o Artigo 62 da Lei 9394/96, ao sinalizar que

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL/MEC, 2017).⁷

Se considerarmos a entrada de quarenta estudantes no curso de licenciatura em história da UFAL anualmente, notadamente a tabela 1 desvela descompasso no número de formandos:

Quantidade de estudantes formados em Licenciatura História UFAL/Maceió	
ANO/Semestre	QUANTIDADE
2014.1	21
2014.2	12
2015.1	11

⁷ Artigo 62 da LDB de 1996 - Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017.

2015.2	22
2016.1	19
2016.2	08
2017.1	11
2017.2	25*
2018.1	13
2018.2	20
Total	162

Tabela 1Fonte: NTI/UFAL (Julho de 2019).⁸

Por outra perspectiva, a tabela seguinte reporta-se à efetivação das matrículas obrigatórias, sobretudo, aquelas de caráter “teórico e prático” como é o caso do Estágio Supervisionado, pois este é ofertado a partir da segunda metade do curso, respectivamente nos quintos, sextos, sétimos e oitavos períodos, conforme indicação das Diretrizes Curriculares Para a Formação de Professores e Projeto Pedagógico do Curso de História.

Matrículas de Estudantes em Estágio Sup. Obrigatório Lic. História/UFAL/Maceió	
Semestres	Quantidade
2016.1*	27
2016.2*	26
2018.1*	18
2015.1**	27
2015.2**	33

Tabela 2Fonte: ATA de Atividade Didática (UFAL/NTI).⁹

Reportando-me aos períodos acadêmicos compreendidos pelos semestres letivos: 2016.1, 2016.2, 2018.1, 2015.1 e 2015.2 apresentados nesta tabela, tais dados são indicadores de que os graduandos em história não estão matriculados dentro do fluxo padrão de matrícula inicial, o que não significa dizer que os mesmos estão evadidos, mas que de certa maneira isso configura um alerta aos coordenadores e docentes do curso de possível evasão e/ou não integralização do currículo em tempo próprio. No tocante à redução de matrículas dos

⁸ * O número de formandos desse semestre letivo pode estar associado ao que previa as Resoluções 13/2017 e 60/2017 instituídas pelo CONSUNI/UFAL. <https://ufal.br/transparencia/documentos/resolucoes/2017>. Acessado em 20/04/2019.

⁹ Dados coletados e organizados pelo autor. *Estudantes matriculados e freqüentes em Estágio Supervisionado I.
** Estudantes matriculados e freqüentes em Estágio Supervisionado II.

graduandos neste momento do curso, sinaliza-se que provavelmente estes não integralizarão o currículo em tempo hábil, distanciando-se da possibilidade de acesso ao campo de trabalho.

Diante do reduzido número de matrículas na disciplina de Estágio Supervisionado II, conforme os dados da tabela, nota-se a existência de muitos estudantes fora do fluxo padrão de matrícula, sendo este um fator que tem tomado conta de muitos cursos de licenciaturas em todo o país. Destarte, o que notamos, ainda, é um enfraquecimento dos cursos de licenciatura, de história em particular, prejudicando, especialmente, a formação de dezenas de professores de história no estado de Alagoas, dado que pode se reverberar na Educação Básica, negando às gerações futuras uma educação histórica de qualidade. Com isso, abre-se uma lacuna para que os ideólogos do tão propalado projeto “Escola Sem Partido” ganhem espaço nas agendas públicas na iminência de cercear liberdades do pensamento e a pluralidade do ensino, como prevê a Carta Constitucional de 1988 e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996.

A tabela três reporta-se aos dados de matrículas dos graduandos nos estágios III e IV da licenciatura em história, quando os mesmos se encontram cursando o sétimo e oitavo períodos do curso. De acordo com os dados desta tabela, nota-se certo esvaziamento de matrículas nas respectivas fases do estágio, desvelando número pouco expressivo no que tange à efetivação das matrículas em semestres anteriores: 2015.1 e 2016.2.

Quanto à efetivação de matrículas na disciplina de Estágio Supervisionado IV pelos graduandos, respectivamente nos semestres acadêmicos de 2017.1, 2017.2, 2018.1 e 2018.2, nota-se que estas foram inferiores a 50% das matrículas iniciais no curso, se considerarmos que estes estudantes deveriam estar cursando o oitavo semestre do curso, momento final de integralização do currículo da licenciatura em história.

Matriculas de Estudantes em Estágio Sup. Obrigatório Lic. História/UFAL/Maceió	
Semestres	Quantidade
2015.1***	18
2015.2***	31
2016.1***	25
2016.2***	08
2017.1****	08
2017.2****	20
2018.1****	27

2018.2****	10
------------	----

Tabela 3

Fonte: ATA de Atividade Didática (UFAL/NTI).¹⁰

Os dados apresentados nas tabelas um, dois e três alertam para um possível esvaziamento dos cursos de licenciatura em história no estado de Alagoas, informações estas que devem nos orientar a repensar a dificuldade de formação de professores de história no estado, assim como a inserção dos egressos dos cursos de licenciatura no campo profissional, respectivamente na Educação Básica.

Nota-se que a Educação Básica seria o primeiro local de atuação profissional dos licenciados, no entanto, é incipiente concursos de provas e títulos para admissão de professores no estado com a criação de novas vagas para suprir a demanda dos sistemas de ensino. Além disso, há, ainda, políticas de orientação curricular que versam sobre a redução da carga horária da disciplina de história nos currículos da Educação Básica, por vezes ocorrendo a substituição desta por outras disciplinas que, do ponto de vista político, tendem a promover o esvaziamento da mesma em detrimento de outros componentes curriculares com aderência às inquietações políticas de grupos sociais do momento.

Professores de história: ações pedagógicas para a formação inicial e continuada

Pelo fato do autor se encontrar em diálogos com professores de história da rede regular de ensino do estado de Alagoas e pela aderência às disciplinas de Estágio Supervisionado, o mesmo tem ouvido muitas inquietações dos estudantes de graduação nos momentos de orientação de estágio, assim como em diálogo com os professores supervisores de estágio *in loco*, oportunidade que tem levado o autor a se empenhar no fortalecimento da formação inicial e continuada de professores no estado tendo em vista a melhoria do ensino de história na Educação Básica.

Nesse contexto, algumas inquietações elencadas nesse subitem tendem a abrir perspectivas de reflexões e ampliação do debate acerca das implicações que têm dificultado a

¹⁰ Dados coletados e organizados pelo autor. *** Estudantes matriculados e freqüentes na disciplina de Estágio Supervisionado III. **** Estudantes matriculados e freqüentes na disciplina de Estágio Supervisionado IV.

formação dos professores de história no estado de Alagoas, assim como a inserção destes no campo de trabalho. Em face disso, indaga-se a respeito da quantidade de cursos que formam professores de história no estado de Alagoas. Qual é o campo de atuação dos egressos do curso de licenciatura em história e qual a relação do PIBID/História com a formação inicial e continuada de professores de história no estado?

As questões aqui elencadas já são um tanto conhecidas dos professores de história, mas que ainda chama pouca atenção de alguns de nós, que dentre nossas atribuições encontra-se a formação de novos professores para atender as demandas da Educação Básica. Dito isto, chamo a atenção também para nos atentarmos para a desvalorização sistemática da disciplina de história nos currículos da Educação Básica, não apenas no estado de Alagoas, mas, também, em âmbito nacional, seja na rede oficial/ou nas redes privadas de ensino.

Por que esse alerta? Porque, ao dialogarmos com alguns professores também denominados de “*monitores*” alocados nas redes regulares de ensino de Alagoas, nota-se que alguns destes profissionais também inseridos no sistema privado de ensino, a maioria deles vivem com extensas jornadas de trabalho e salários aviltantes, ministrando, inclusive, disciplinas as quais não têm formação, como salientado anteriormente. Essa questão é inquietante e causa preocupação face ao cenário político em que vivemos, especialmente quando pensamos no destino dos egressos dos cursos de história no estado de Alagoas e no país nesses “tempos estranhos”, usando uma expressão do Ministro do STF, Marco Aurélio Mello.

A questão de um professor ministrar disciplina para a qual não possui formação específica é flagrante à LDB e configura uma provocação aos cursos de formação de professores e à própria universidade enquanto instituição formadora. O silêncio dos cursos de formação de professores e da universidade face à grave prática dos sistemas de ensino em contratar professores sem habilitação para ministrar disciplinas para as quais não possuem formação específica dá-se porque há uma lacuna entre as pautas de reivindicações dos professores da Educação Básica e os anseios da própria universidade.

As ações de formação continuada de professores viabilizada pelo curso de história têm se expandido e buscado alcançar o maior número possível de professores, adentrando às escolas cujos espaços ainda eram pouco ocupados pela universidade. Ao propor e viabilizar ações educativas e formativas nas escolas públicas entende-se que a universidade tem buscado

ir ao encontro daqueles que estão fora de suas cercanias, especialmente através dos Estágios Supervisionados obrigatórios, do PIBID e do Programa Residência Pedagógica, além de cursos de formação continuada (*lato sensu*) na área de ensino de história envolvendo a maioria dos docentes do curso, dos Encontros e Seminários na área de ensino de história promovidos recentemente, além de Dossiês com referencial teórico produzidos pela Revista Crítica Histórica do PPGH/UFAL.

Conexão: o curso de licenciatura em história UFAL e sua relação com as escolas

O PIBID/História configura uma importante ação de formação inicial e continuada de professores no estado, pois este tem assumido posição de protagonista dos programas de formação de professores no âmbito das escolas da Educação Básica. O Programa demarca posição política para além da atuação dos graduandos em situação de estágio. Enquanto Programa de Incentivo à Docência este é instituído no final da primeira década do século XXI sob prerrogativas do Decreto nº 7.219 sancionado pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, com base na Portaria nº 122/2009 que normatiza o Programa no âmbito da CAPES.

Nesse sentido, após três anos de sua regulamentação o PIBID tem suas normas aperfeiçoadas e atualizadas por meio da Portaria nº 096/2013 que define suas linhas de atuação. A título de exemplificação, o Artigo 2º desta Portaria reconhece o PIBID como Programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e tem por objetivo promover a formação de professores para atender os anseios da educação básica em todo o país. Dentre suas prerrogativas, busca-se

Incentivar a formação de docentes em nível superior para a Educação Básica; contribuir para a valorização do magistério; elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promover a integração entre educação superior e educação básica; inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação... (BRASIL, 2013).¹¹

¹¹ BRASIL. **Portaria nº 096**, de 18 de julho de 2013, que regulamenta o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, Seção II, Dos Objetivos.

Por seu turno, o programa se configura em uma prática de excelência enquanto política pública de formação inicial e continuada de professores, pois coloca os licenciandos em geral e, particularmente os de história, em contato com o espaço das salas de aula com estreitos diálogos com os professores da Educação Básica. Sob essa perspectiva, Nóvoa (2013) pondera que:

É preciso termos consciência de que os problemas da educação e dos professores não serão resolvidos apenas no interior das escolas. É preciso um trabalho político, uma maior presença dos professores da academia no debate público, uma consciência clara da importância da educação para as sociedades do século XXI (NÓVOA, 2013, p.209).

Por esse viés, nota-se um convite à universidade para que esta tome o seu lugar no debate público e busque implementar ações que qualifiquem seus egressos para uma atuação plena e segura nas escolas em que serão alocados profissionalmente. Que se identifiquem, decerto, com o seu futuro local de trabalho e que se identifiquem, ainda, com a profissão docente.

Financiado pela CAPES, o PIBID oferta bolsas de estudos na área de licenciatura de todas as universidades brasileiras que têm aderência a essa política de formação inicial e continuada de professores. A extensão das bolsas de iniciação à docência busca, particularmente, motivar o professor coordenador de área, o professor supervisor de área na escola e, sobretudo, incentivar a formação de professores para a Educação Básica, fortalecendo o encontro entre escolas e universidades.

Desta forma, o professor coordenador de área é um docente do curso de licenciatura que submete o subprojeto do curso ao projeto institucional da universidade tendo em vista as demandas sociais oriundas das escolas públicas indicadas a participar do PIBID. O professor supervisor é o responsável pela supervisão e orientação dos licenciandos nas escolas. Sua adesão ao Programa é facultativa e sua inserção no mesmo dá-se por meio de processo seletivo simplificado definido em Portaria da CAPES.¹²

Destaca-se que o PIBID tem sido um espaço privilegiado “para implementar e fortalecer ações efetivas de formação de professores, ampliando experiênciassignificativas sobre a

¹² Bezerra, Antonio A. Professores de história e o PIBID enquanto espaço público de formação inicial e continuada. In: **ANAIS da 70ª Reunião Anual da SBPC** - 22 a 28 de julho de 2018 - UFAL - Maceió / AL.

relação universidade e escola pública” (RUBO; FERNANDES; PENTEADO; MENDONÇA: 2015, p.160).

Nesta direção, Nóvoa (2013) sinaliza que

Nas sociedades contemporâneas, o prestígio de uma profissão mede-se, em grande parte, pela sua visibilidade social. No caso dos professores, estamos mesmo perante uma questão decisiva, pois a sobrevivência da profissão depende da qualidade do trabalho interno nas escolas, mas também da sua capacidade de intervenção no espaço público da educação (NÓVOA, 2013, p.208).

Em face das questões até então evidenciadas, nota-se que nas disciplinas de Prática de Ensino de História temos problematizado interfaces do ensino da referida disciplina no que tange à fundamentação teórica e metodológica da formação e atuação dos professores de história, apresentando e debatendo questões da formação inicial e continuada em que nutrimos reflexões a respeito da utilização de projetos didáticos nas aulas de história da Educação Básica.¹³

Por esse viés, os estudantes estagiários de história elaboram um projeto-aula, escolhem um eixo temático, adaptam ao planejamento dos professores regentes *in loco*, elaboram algumas problemáticas acerca desse eixo temático, selecionam linguagens diferenciadas orientados por referenciais teóricos que trazem à luz reflexões e debates entre estudantes e professores nas aulas de regência da educação básica, levando os graduandos a escolherem procedimentos metodológicos e técnicas diferenciadas seguras para uma atuação docente coerente, bem como procedimentos avaliativos para a concretização das aulas de regência nas escolas.

Quanto às ações de formação implementadas pelo curso, dado ao limitado espaço para esse escrito, detenho-me a salientar uma das experiências do PIBID/História dentre várias desenvolvidas no Programa. Trata-se da elaboração de um *Jornal*. Os estudantes da educação básica, coordenados pelos Bolsistas de Iniciação à Docência, foram divididos em equipes e puderam escolher qual eixo temático de sua preferência seria selecionado para dialogar com a ação do subprojeto “história e memória” do bairro.

¹³ Bezerra, Antonio A. O uso de projetos temáticos nas aulas de história: construção coletiva do processo de ensino e aprendizagem. **Revista Labirinto**. Ano XVI, vol. 24, nº 2, 2016, pp. 31-56.

Assim, outros subtemas foram pensados e desenvolvidos pela equipe ao longo do projeto: “conflito urbano entre gangues, violência contra mulheres, tráfico de drogas e violência étnico-racial” remonta alguns dos temas. Ao refletirem acerca destas temáticas, paralelamente foi solicitado aos discentes que pensassem na escolha de um nome para o jornal em que eles, posteriormente, assumiriam a posição de protagonistas da história. Com isso, desenvolveram habilidades de leitura e escrita ao refletirem acerca das múltiplas influências legadas pelos meios de comunicação na formação do imaginário histórico dos bairros em que as escolas encontram-se alocadas.

Atribuições foram assumidas pelos estudantes participantes do projeto quando estes tiveram a oportunidade de partilhar da confecção do jornal e pensar na elaboração e veiculação de materiais que circulariam nas páginas do mesmo. Dentre tantas experiências protagonizadas pelos agentes formadores e formandos inseridos e/ou mobilizados pelo Programa, nota-se novas possibilidades de ressignificar a formação docente tendo “a própria escola da Educação Básica como parceiros constitutivos desse novo processo” (RUBO; FERNANDES; PENTEADO; MENDONÇA: 2015, p.166).

Referências

AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. In: **História**, São Paulo, 1995, pp.125-136.

BRASIL. **Portaria nº 096**, de 18 de julho de 2013, que regulamenta o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996)** - Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017.

BEZERRA, Antonio A. Professores de história e o PIBID enquanto espaço público de formação inicial e continuada. In: **ANAIS da 70ª Reunião Anual da SBPC** - 22 a 28 de julho de 2018 - UFAL - Maceió / AL.

_____. O uso de projetos temáticos nas aulas de história: construção coletiva do processo de ensino e aprendizagem. **Revista Labirinto**. Ano XVI, vol. 24, nº 2, 2016, pp. 31-56.

CEREZER, Osvaldo M. & FONSECA, Selva G. Professores de história iniciantes: entre saberes e práticas. **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 21, 2015.

CORSETTI, Berenice; CANAN, Silvia R. A formação docente na área de história: reflexões a partir da análise das Diretrizes Curriculares Para a Formação de Professores da Educação Básica. In: (Org.). Véra Lucia Maciel Barroso... [et al.]. **Ensino de história: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010, p. 42.

FENELON, Déa R Formação do profissional de História e a Realidade do Ensino. **Tempos Históricos**. Vol. 12, 2008.

MAGALHÃES, Marcelo de S. Apontamentos para pensar o ensino de história hoje: reformas curriculares, ensino médio e formação de professores. **Revista Tempo**. V.11, no 21, UFF, 2007.

NÓVOA, António. Nada substitui um bom professor: proposta para uma revolução no campo da formação de professores. In: GATTI, B. A. [et. al.]. **Por uma política nacional de formação de professores**. São Paulo, Edunesp, 2013, pp.208-209.

RUBO, Elisabete A. A. [et al.]. Do Núcleo de Ensino ao PIBID: a contribuição da UNESP à formação de professores. In: GATTI, B. A. [et. al.]. **Por uma revolução no campo da formação de professores**. São Paulo, Edunesp, 2015, p.160.